

DF tem 560 condomínios ilegais

Mais de 400 mil pessoas de todas as classes sociais vivem em situação irregular, fugindo do aluguel alto

HUGO MARQUES
E CAROLINA NOGUEIRA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

BRASÍLIA – Na última quinta-feira, 20 casas de alvenaria foram derrubadas pelos fiscais da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) na Vila Planalto, a 500 metros do Palácio do Planalto. Estava nascendo mais um condomínio irregular em Brasília à luz do dia. Pelas projeções de um grupo de promotores que investiga a grilagem de terras, mais de 400 mil pessoas vivem em 560 condomínios irregulares no Distrito Federal.

Se no Rio as famílias pobres procuram as favelas, em Brasília todas as classes sociais encontram refúgio nos condomínios, fugindo dos aluguéis caros. Vários deles têm guaritas, comércio e escolas. Segundo le-

vantamento do Ministério Público, somente um condomínio, o Chapéu de Pedra, conseguiu passar por todos os trâmites burocráticos e se regularizar junto ao governo. Demorou 15 anos. Cada lote tem uma matrícula no cartório.

Dos 5,5 mil quilômetros quadrados de área do DF, a maior parcela é de terras desapropriadas pelo governo local. A União tem pouco mais de dez grandes glebas e o restante é dividido em áreas particulares e de proteção ambiental.

Gerente Regional do Patrimônio da União no DF por três anos, Raimundo Ribeiro diz que as terras da União ocupam entre 22% e 24% do território local. Diretor Técnico e de Fiscalização da Terracap, José Gomes Pinheiro Neto, porém, diz

que a União não tem nem 5%.

A discordância se deve em grande parte à falta de controle das terras públicas, sobretudo por parte da União. Ribeiro admite que, nos três anos que trabalhou na Serviço de Patrimônio da União (SPU), nunca teve um fiscal para combater a grilagem. Ele deixou o cargo em abril.

Só em terras da União, Ribeiro calcula que estejam vivendo 200 mil pessoas em condomínios irregulares, em 20 grandes áreas de ocupação. Um dos maiores, diz Ribeiro, é o Vicente Pires, com 56 mil pessoas. Este condomínio irregular quase “emendou” duas cidades-satélites de Brasília: Taguatinga e Guará.

– O governo do DF foi o grande responsável pela ocupação irregular – acusa Ribeiro.

No início deste ano, a SPU procurou a Terracap para formar uma parceria e regularizar a área do Vicente Pires. Segundo Ribeiro, os órgãos ligados ao governo do DF permitiram a ocupação irregular e a Terracap pediu R\$ 867 milhões para ajudar a regularizar o condomínio. A União é dona de 49% das ações da Terracap, mas só tem 2 dos 7 assentos no conselho da companhia.

José Gomes rebate a crítica. A SPU, diz ele, queria que a Terracap fizesse toda a infraestrutura do condomínio. Gomes culpa a União pelas ocupações irregulares no DF.

– Eles não fiscalizaram a área e deixaram invadir – diz.

Para Gomes, os principais culpados pela grilagem de terra em Brasília, no entanto, são o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) e os

cartórios de Goiás.

– Cerca de 90% dos condomínios em terras da Terracap foram implantados com a ajuda de liminares do Judiciário.

Quase todos os dias, Gomes diz receber liminares do TJDF ameaçando prendê-lo se ocorrer derrubada de casas, mesmo em áreas de condomínios irregulares. Ele afirma que os juízes também aplicam multas se a Terracap insistir. O presidente do TJDF, desembargador Natanael Caetano, foi procurado quinta-feira para comentar as declarações do diretor da Terracap, mas não concedeu entrevista. Natanael assinou, na quarta-feira, portaria instaurando sindicância para apurar denúncias de grilagem envolvendo magistrados.

hugoma@jb.com.br
caroln@jb.com.br

Crise abala primeiro escalão

BRASÍLIA – As denúncias de convivência com irregularidades na questão fundiária perseguem algumas das principais autoridades do governo do Distrito Federal que lidam com a regularização dos condomínios. O escândalo da grilagem de terras no DF levou o governador Joaquim Roriz (PMDB) a afastar todo o primeiro escalão do governo local na última quinta-feira. A crise mais recente foi protagonizada pelo ex-secretário de Comunicação Welington Moraes e Eri Varella, presidente afastado da estatal responsável por cuidar do patrimônio fundiário do Distrito Federal, a Terracap.

Escutas telefônicas realizadas pela Polícia Federal com autorização judicial flagraram diálogos de Welington com o deputado eleito Pedro Passos (PSD), condenado em primeira instância na Justiça local por parcelamento ilegal de terrenos. Na conversa, o secretário de Comunicação prometia articular a Terracap para impedir a derrubada de um condomínio irregular que estaria sendo empreendido por Passos em um terreno público de um bairro nobre de Brasília, o Lago Sul. Varella foi acusado, no diálogo, de chantagear o governador e de ter recebido R\$ 7,5 milhões para fazer vistas grossas à fiscalização.

Os dois, no entanto, não

Aliados importantes do governo também estão sob suspeita são os únicos aliados do governo sob suspeita. Durante os primeiros três anos e meio do

atual mandato de Roriz, a Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf) esteve nas mãos do deputado distrital Odilon Aires (PMDB), secretário-executivo do partido no DF. A secretaria serve de berço para o início dos processos de regularização dos condomínios. Durante a campanha eleitoral, uma fita de vídeo divulgada pela imprensa local mostrava o secretário negociando propina com o mesmo Pedro Passos.

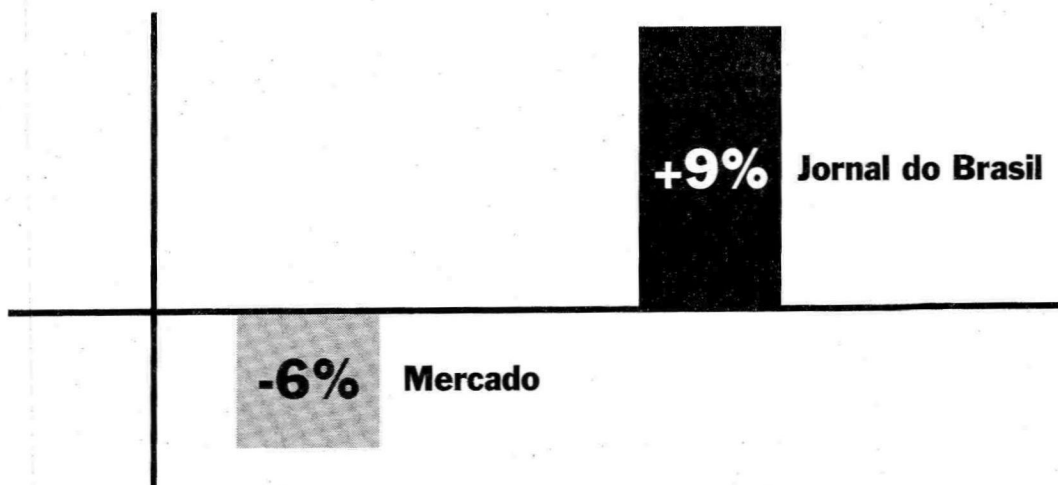
O secretário conheceu Passos por meio do governador Roriz (PMDB). O deputado eleito foi apontado pela CPI da Grilagem, realizada pela Câmara Legislativa, como sendo o principal grileiro do Distrito Federal. Elegeu-se deputado distrital na última campanha usando o slogan *Pedro Passos: o amigo do governador*.

Os dois têm negócios em comum. Roriz avalizou um empréstimo de US\$ 1 milhão em nome de Pedro Passos e, durante a campanha, atendeu uma série de telefonemas em que Passos lhe pedia interferência para evitar a derrubada de um condomínio no bairro mais nobre de Brasília, o Lago Sul. A partir de janeiro, Passos passa a integrar a bancada de apoio do governo na Câmara Legislativa.

Em outubro, o Jornal do Brasil cresceu mais que a inflação, o dólar e a concorrência.

Prova de que a inovação, a credibilidade e a independência são um grande investimento.

Comparativo de Circulação Paga*
Outubro/2001 | Outubro/2002
Rio de Janeiro



JORNAL DO BRASIL

*Fonte: IVC - Instituto Verificador de Circulação

www.jb.com.br